

COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA: TRABALHADORES/AS DE ESCOLAS PÚBLICAS COMPARTILHAM SABERES NA BUSCA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS LOCAIS DE TRABALHO

Mary Neves¹, Hélder Muniz¹, Edil Silva², Joana Costa³, Jussara Brito⁴, Milton Athayde⁵, Alessandra Dantas⁶, Adriana Moraes⁶, Aline Brandão⁶, Aline Santos⁶, Ana Vasconcelos⁶, Ana Dantas⁶, Daniele Fonseca⁶, Diomedes da Silva⁶, Edilane Bezerra⁶, Fernanda Santos⁶, Fernanda Silva⁶, Francisca Freire⁶, Gustavo Lima⁶, Hilma Barreto⁶, Jana Silva⁶, Juliana Teixeira⁶, Maurivan Silva⁶, Michelle Santos⁶, Natanne Melo⁶, Sara Campos⁶, Tatiana Vasconcelos⁶, Virgínia Teles⁶, Wilma Ribeiro³, Vinicius Oliveira⁶.

RESUMO

Este texto apresenta a experiência do “Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas” desenvolvida do município de João Pessoa-PB. Este Programa foi concebido como um processo de formação de trabalhadores/as-multiplicadores/as para uma *leitura* das relações entre trabalho e saúde nas escolas, sob o ponto de vista dos/as que lá trabalham (merendeiras, auxiliares de serviço, diretores/as, professores/as), atentos às relações de classe e gênero. Ele visou colocar em debate informações científicas acerca do tema e preparar para o exercício da análise crítica e da construção de propostas de mudanças a serem experimentadas, que inclusive subsidiassem uma pauta de negociação coletiva. A perspectiva foi também a de ir se forjando o alicerce com vistas à construção de um dispositivo contínuo e permanente de monitoramento das condições de trabalho e saúde nas escolas, operado por grupos de trabalhadores/as e acompanhado por profissionais dos organismos de pesquisa e de intervenção.

1. INTRODUÇÃO

O contexto sócio-histórico do Brasil é marcado pela persistência de estruturas e processos arcaicos, ao mesmo tempo em que se implementa um novo processo de exclusão e precarização do trabalho, sob o disfarce e o argumento de modernização e inserção do país no mundo globalizado (BRITO *et al.*, 2000). No contexto educacional, o quadro de precarização do trabalho na rede pública de ensino é evidenciado de diversas formas: quantidade insuficiente de escolas, de professores/as e demais trabalhadores/as de educação, paralelo ao aumento do número de alunos matriculados; ausência de equipamentos adequados ou falta de manutenção dos existentes, dentre outras. Além disso, o processo de precarização revela-se também na depreciação e desqualificação social dos/as trabalhadores/as da escola, através do rebaixamento salarial, da desvalorização de suas atividades, da ausência de um ambiente de trabalho propício à visibilização dos investimentos efetuados para dar conta deste, do seu julgamento e reconhecimento. Em consequência desse quadro, estudos apontam a presença de um conjunto de mal-estares vivenciados pelos/as trabalhadores/as, em muitos casos desestabilizando a economia psicossomática e gerando sofrimento e doenças diversas (NEVES, 1999; Brito *et al.*, 2000).

¹ Professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

² Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO/CCHLA/UFPB). DP/UEPB

³ Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (DP/UEPB).

⁴ Pesquisadora da Escola Nacional em Saúde Pública da FIOCRUZ.

⁵ Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

⁶ Na época, alunos do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

No interior de um Programa Integrado/Interinstitucional de Pesquisas envolvendo os processos de saúde, subjetivação e trabalho nas escolas públicas, evoluímos no sentido de constituir um novo dispositivo, que propiciasse a experimentação de um outro regime de produção de saberes. Para viabilizar o que denominamos Comunidade Ampliada de Pesquisa, criamos e empreendemos o “Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas”, desenvolvido nos estados do Rio de Janeiro e Paraíba (município de João Pessoa). Ele foi concebido como um processo de formação de multiplicadores/as para uma *leitura* das relações entre trabalho e saúde nas escolas, sob o ponto de vista dos/as que lá trabalham (merendeiras, auxiliares de serviço, diretores/as, professores/as), atentos às relações de classe e gênero⁷. O Programa visou colocar em debate informações científicas acerca do tema e preparar para o exercício da análise crítica e da construção de propostas de mudanças a serem experimentadas, que inclusive subsidiassem uma pauta de negociação coletiva. A perspectiva foi também a de ir se forjando o alicerce com vistas à construção de um dispositivo contínuo e permanente de monitoramento das condições de trabalho e saúde nas escolas, operado por grupos de trabalhadores/as e acompanhado por profissionais dos organismos de pesquisa.

Com duração prevista de três anos, o Programa de Formação contou com o financiamento da Agência para o Desenvolvimento Internacional – Fundo de Igualdade de Gênero (CIDA-FIG) do Canadá, tendo como proponente a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO⁸.

2. ANTECEDENTES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

O cenário de precarização do trabalho na rede pública de ensino incidiu na dinâmica do movimento sindical do Estado do Rio de Janeiro, na medida em que os elementos relativos à problemática trabalho-saúde foram sendo, ao longo do tempo, percebidos, discutidos e explicitados de várias formas entre os sindicalistas do Sindicato de Profissionais de Educação-SEPE/RJ, que sentiam-se pressionados a buscar respostas para o que estava acontecendo com os/as trabalhadores/as de escolas (BRITO *et al.*, 2000). Foi nesse contexto que o SEPE, assumindo a luta pela saúde, procurou, em 1999, um organismo de pesquisa (Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ), formulando a demanda de realização de um estudo sobre a problemática da saúde dos trabalhadores/as das escolas públicas. A partir desta demanda, alguns profissionais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), mobilizaram-se e articularam-se para a formulação de uma pesquisa (depois evoluindo para um Programa Interinstitucional de Pesquisas) com o objetivo de compreender a relação entre as situações de trabalho nas escolas públicas e os processos de saúde/doença e subjetivação na vida dos/as trabalhadores/as das escolas, na perspectiva de transformar as situações consideradas nocivas. Assim, o Programa Interinstitucional de Pesquisas se constituiu inicialmente a partir da parceria entre o SEPE, pesquisadores da FIOCRUZ (através do *Grupo de Pesquisa e Intervenção em Atividade de Trabalho, Saúde e Relações de Gênero/CNPq*) e um pesquisador da UERJ (em Psicologia do Trabalho), com a participação de alunos do curso de Pós-graduação em Saúde Pública da ENSP e de cursos de graduação em psicologia (UERJ), enfermagem (UFF) e engenharia de produção (UFF). Posteriormente, esta equipe pluridisciplinar tornou-se também interestadual, na medida em que paralelamente, em João Pessoa, o *Grupo de Pesquisas*

⁷ Questões relativas à etnia/raça começam a ser estudadas pelo grupo interinstitucional de pesquisas, para subsidiar uma futura intervenção.

⁸ O Programa de Formação contou também com contribuições das diversas instituições envolvidas no projeto (UFPB, FIOCRUZ, UERJ, SEPE e SINTEM).

Subjetividade e Trabalho – GPST, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que tinha entre seus eixos de pesquisa uma linha de investigação sobre as relações entre subjetividade e trabalho nas escolas públicas estava também realizando uma pesquisa sobre o trabalho e a saúde mental de professoras da primeira fase do ensino fundamental (Neves, 1999).

Desta forma, houve um encontro entre as investigações (RJ/PB) e o envolvimento de alguns pesquisadores do GPST em programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, o que gerou algumas dissertações e teses sobre o tema (NEVES, 1999; NUNES, 2000; SILVA, 2003). A partir daí, têm sido desenvolvidos em João Pessoa vários projetos de pesquisa, que por sua vez resultaram em diversas monografias, relatórios de estágio supervisionado e de extensão, projetos de iniciação científica com alunos da graduação e dissertações de mestrado de alunos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB (OLIVEIRA, 2003; MARIANO, 2003; COSTA, 2004; RIBEIRO, 2004)⁹.

No contexto de intercâmbio contínuo entre esses grupos de pesquisas dos dois estados ¹⁰ é que se desenvolve a idéia – compartilhada por pesquisadores e sindicalistas – de procurar intervir na problemática da precarização das situações de trabalho nas escolas públicas de ensino fundamental no estado do Rio de Janeiro e no município de João Pessoa, no que diz respeito à relação saúde/doença dos/as trabalhadores/as de escola.

Nessa perspectiva, no interior do Programa de Pesquisas (integradas, interinstitucional e interestadual) já então constituído, criou-se o “Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas”, que tem como objetivo geral *intervir na problemática das condições de saúde e trabalho nas escolas públicas de ensino fundamental, através de ciclos de formação continuada de trabalhadores/as para a sua autodefesa e do desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento das condições de saúde e trabalho, incorporando as relações de gênero* (BRITO *et al.*, 2000).

O Programa de Formação foi concebido como um meio para desenvolver a capacidade de compreender-transformar as relações entre o trabalho e a saúde/doença nas escolas, baseado no *diálogo-confrontação* entre o conhecimento científico e a experiência dos/das trabalhadores/as acerca das questões em foco. A esse dispositivo de confrontação-cooperação entre saberes denominamos *Comunidade Ampliada de Pesquisa* (CAP).

Trata-se, portanto, de um dispositivo de formação e pesquisa-intervenção *em rede*: um Programa de Formação articulado a um Programa de Pesquisas, uma formação voltada para a ação, tendo como meta lutar pela saúde e afirmar a vida, na perspectiva das relações sociais de gênero. Esperamos que a participação neste Programa de Formação colabore para aguçar o *olhar* e a *escuta* dos/as trabalhadores/as para os problemas da escola em sua relação com a saúde, como também os/as ajude a descobrir as possibilidades de saída e de construção de um trabalho favorável à saúde.

3. AS ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para compreender e intervir na relação do trabalho com os processos saúde/doença e subjetivação nas escolas, adotamos os seguintes aportes teórico-metodológicos: o Modelo Operário Italiano de luta pela saúde-MOI (ODDONE *et al.*, 1986); a Ergonomia

⁹ No momento, encontram-se em desenvolvimento as dissertações de Silva (2004) e Vasconcelos (2004).

¹⁰ Esses mantiveram intercâmbio durante vários anos com grupos de profissionais da saúde de Betim-MG e mantêm, de forma mais sistemática, uma interlocução com pesquisadores de Vitória-ES, que há vários anos desenvolvem trabalhos sobre a problemática da escola.

da Atividade Situada (WISNER, 1989; GUÈRIN *et al.*, 2002); a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1993); os estudos sobre as Relações Sociais de Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2000; BRITO, 1996). Todas essas abordagens são trabalhadas sob a orientação da abordagem ergológica (SCHWARTZ, 2000).

Em relação à noção de saúde, concordamos com Dejours (1993) ao apontar que ela não pode ser definida como um estado estável de bem-estar físico, mental e social; sendo o homem um ser dinâmico, seria humanamente impossível atingir este estado pleno e estável. Canguilhem (1996) propõe que a saúde e a doença são dimensões constitutivas do processo dinâmico que é a vida, estando cada uma destas dimensões contida na outra. Para este autor, saúde diz respeito à capacidade do ser vivo de estabelecer normas, de tolerar e enfrentar as “infidelidades” do meio, o que é mais do que se adaptar. Desse modo, a saúde não é apenas assunto de especialistas e, sim, principalmente daqueles que vivem a experiência humana de viver.

Sobre a relação trabalho/saúde, Dejours (1993) coloca que o trabalho nunca é neutro em relação à saúde, podendo favorecê-la ou comprometê-la. Assim, o autor enfoca a saúde como um objetivo a ser atingido, conduzindo o ser humano a uma busca constante no sentido da construção de possibilidade para realizar seus desejos. Junto com outros pesquisadores, Dejours tem construído uma concepção Psicodinâmica do Trabalho, apontando as relações intersubjetivas como lugar central de análise, sendo a organização do trabalho não mais percebida como um bloco monolítico que se impõe, mas sim como algo decorrente desse constante movimento (da defasagem) entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado. Os estudos desenvolvidos por Cru (1983), em seguida com Dejours, sobre coletivos de trabalho foram de grande importância para a reviravolta epistemológica no cerne da então Psicopatologia do Trabalho, favorecendo seu desdobramento na Psicodinâmica do Trabalho, que passa a se definir como *análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho* (DEJOURS, 1992).

A proposta da Psicodinâmica do Trabalho é analisar, a partir da organização do trabalho, como se dá a interação do indivíduo trabalhador com o seu grupo de trabalho, como nesta relação surge o sofrimento ou o prazer, como são estruturados sistemas coletivos de defesa e de compromisso ético, sistemas estes diferenciados de acordo com a organização que surge em cada local de trabalho. Além disto, nesta concepção se estuda as formas de exploração do sofrimento mental e de certas formas de sistemas defensivos psicológicos individuais e coletivos.

Para a Psicodinâmica, a organização do trabalho pode ser considerada como a principal responsável pelo surgimento de experiências danosas à integridade psíquica do trabalhador. Na luta contra o sofrimento, o trabalhador, segundo Dejours (1992), elabora o que se pode denominar sistemas defensivos. Sistemas defensivos elaborados com o objetivo de lidar com o sofrimento psíquico, contra a falta de sentido das tarefas, contra o perigo ocasionado pela organização do trabalho. Percebe-se então que o homem não é necessariamente passivo diante da rigidez e/ou das falhas das regras e da relação hierárquica, sendo capaz de detectar o que lhe faz mal, interpretar tais sinais, reagindo e (re)organizando-se inteiramente mental, afetiva e fisicamente, investindo sentido em sua relação com o trabalho, sentido que tem relação com sua história passada, suas experiências afetivas anteriores, além de com suas expectativas atuais (DEJOURS, 1990).

Dejours & Abdoucheli (1994), ainda em relação ao sofrimento, chamam a atenção também para a existência do chamado sofrimento criativo, para a existência de um tipo de

sofrimento que, diferentemente do que se imaginava, não necessariamente apresenta um caráter patógeno, negativo. Sofrimento que consiste na elaboração de soluções criativas e originais, por parte do sujeito, e que geralmente são favoráveis tanto à produção quanto à sua saúde.

Diante desse contexto, nesta concepção mostra-se fundamental o papel da *dinâmica do reconhecimento* para a saúde (mental) dos sujeitos. Tal dinâmica se constitui em um espaço onde o trabalhador espera que ao contribuir para o sucesso do trabalho, encontre também uma retribuição pela sua atividade. Um reconhecimento se dá mediante julgamentos acerca do trabalho efetivamente realizado, ou seja, que é mediatizado pelo trabalho. Apesar de o reconhecimento ser direcionado ao *fazer*, acaba refletindo no *ser*.

Entende-se por identidade, nesta concepção (DEJOURS, 1992), algo que é construído cotidianamente – em uma luta nunca efetivamente ganha por um ser que busca o *acabamento de si*. Entende-se então que essa luta, que na infância ocorre a partir das relações parentais, vai ocorrer posteriormente também no mundo social do trabalho. É necessário nesta busca permanente de acabamento de si, portanto, que haja a existência do coletivo, da comunidade envolvida e de sua cooperação para tornar possível a construção de uma dinâmica do reconhecimento.

Quando a dinâmica do reconhecimento flui, quando o trabalhador se mobiliza e se identifica com o trabalho, desenvolvem-se neste processo sistemas defensivos de tipo *estratégico* para lidar com o sofrimento mais eficientes e eficazes. No entendimento que vai se desenvolvendo no que se vai configurar enquanto Psicodinâmica do Trabalho, assim como na vida, também no trabalho há sofrimento. A diferença é que se há reconhecimento, o trabalhador vai poder extrair o prazer e construir o *sentido do trabalho*. Individualmente, este sentido vai ocorrer seja através da *ressonância simbólica* – algo da atividade vai encontrar eco na história de vida do sujeito, seja da sublimação – entende-se que a pulsão encontra no trabalho uma via de escape, onde há possibilidade de ser reconhecido e extrair o prazer. Na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, quando a organização do trabalho não possibilita a ressonância simbólica, a sublimação e o exercício do reconhecimento, não ocorre a transformação do sofrimento em prazer, correndo o risco dele tomar um rumo patogênico. Sendo assim, apesar de tanto se falar em sofrimento psíquico decorrente do confronto com a realidade de trabalho, os indivíduos não vivenciam somente dor e sofrimento patogênico no trabalho, mas podem, dependendo das condições de contribuição e reconhecimento, também conquistar um encaminhamento diverso para o sofrimento em direção ao prazer.

O Modelo Operário Italiano de luta pela saúde - MOI é um modelo autônomo de análise das condições de trabalho, que emergiu ao longo da década de 1960, com influência nas políticas e práticas de saúde no trabalho, em um dado período, na Itália e outros países – como o Brasil. O seu princípio básico é de que deve ser acima de tudo o protagonista do trabalho, e não o especialista ou o perito, a identificar e a avaliar os fatores e os efeitos nocivos da sua situação de trabalho concreta e que os riscos no trabalho não podem ser objeto de reparação, devendo privilegiar-se a proteção coletiva e eliminar-se as causas ou origens dos “riscos profissionais”. Os trabalhadores, na medida em que os mais interessados na proteção da sua saúde, podem ser também os mais competentes para decidir sobre as suas próprias condições de trabalho, não delegando a defesa da própria saúde a ninguém. Este conhecimento das condições de trabalho deve então levar à sua transformação através da reivindicação operária, da contratação coletiva e da luta sindical.

De acordo com Oddone *et al.* (1986), o MOI interpreta a realidade com base nos saberes formais e informais, da experiência individual validada pelo grupo de

trabalhadores de produção. Esta forma de investigação vem acompanhada pela criação do conceito de *Comunidade Científica Alargada*, viabilizando a compreensão da importância do encontro dos trabalhadores com pesquisadores para que construam juntos novas possibilidades de saber, possibilitador da compreensão e intervenção em saúde, nos locais de trabalho. Trata-se de um *diálogo crítico* entre os saberes fundados na experiência prática dos trabalhadores (saberes “informais”) com o conhecimento científico (saberes “formais”) de pesquisadores e profissionais de saúde.

As experimentações efetuadas na Itália pelo MOI tiveram impacto também em determinada região da França, colaborando para a construção da abordagem que se denominou Ergologia. Nesta perspectiva, efetuou-se uma avaliação do MOI e chegou-se a uma crítica, propondo-se um outro dispositivo, denominado “dispositivo em três pólos” (SCHWARTZ, 2000). Entende-se que além dos pólos que envolvem os saberes das disciplinas e os saberes investidos na atividade, é importante um terceiro pólo que regule a colaboração e o confronto entre esses dois pólos: o pólo ético e epistemológico. Essa colaboração exige uma postura de humildade epistemológica, de disposição de retrabalhar os conceitos e os saberes da experiência. A partir da contribuição do MOI e da Ergologia construímos o dispositivo que denominamos *Comunidade Ampliada de Pesquisa*.

Em relação à Ergonomia da Atividade Situada, compartilhamos com a ênfase na atividade de trabalho e na busca de conhecimentos, na perspectiva da intervenção através da análise do trabalho em situações reais e não simuladas. Essa tendência da Ergonomia sinaliza que em toda situação de trabalho existe uma defasagem entre o que foi prescrito e o que é efetivamente realizado. Isto porque numa situação real os trabalhadores muitas vezes recorrem ao seu patrimônio coletivo de suas experiências a fim de se antecipar às variabilidades que surgem no momento de realização das atividades e que não foram previstas ou catalogadas pela elaboração teórica do trabalho (DANIELLOU *et al.*, 1989), além dos possíveis equívocos da prescrição. Guérin *et al.* (2001) afirmam que a Ergonomia Situada vem propor o estudo e a transformação das situações de trabalho, priorizando não só a compreensão da atividade, mas também as condições de vida, as relações sociais e a organização formal e informal dos trabalhadores. A Ergonomia possibilita entender, então, que tipos de estratégias (cognitivas e/ou perceptuais) os trabalhadores utilizam para realizar suas tarefas, indo de encontro muitas vezes ao que já tinha sido prescrito.

Esses mesmos ergonomistas afirmam que a situação de trabalho não se refere somente à *tarefa* e ao seu ambiente físico, mas também à dimensão histórica em que a atividade se processa. Vale salientar que para esses autores, há uma distinção entre *tarefa e atividade*. A primeira diz respeito ao modo pelo qual o trabalho deveria ser realizado (trabalho prescrito); já a segunda refere-se a como realmente ele é realizado (trabalho real). Somente a partir da análise da atividade é possível apreender quais as implicações existentes entre riscos, a saúde e a produção; as causas das modalidades de utilização das competências e os apontamentos mais consistentes para transformar a situação.

A negação da defasagem entre trabalho prescrito e trabalho real traz conseqüências que afetam não só o corpo, mas também o psiquismo e a vida social dos trabalhadores. O desenvolvimento de estratégias, muitas vezes contrárias à prescrição, mas que ajudam na realização das tarefas, exigem uma intensa atividade física e psíquica por parte dos trabalhadores, o que vem a acarretar, segundo Dejours (1982), danos à saúde e geração de sofrimento.

Os estudos sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são de fundamental importância para compreender a determinação dos lugares de homens e mulheres no mundo do trabalho, assim como os movimentos de ruptura com essa

determinação. As relações sociais de sexo, como preferem denominar algumas autoras (KERGOAT, 2000; HIRATA, 2002) são compreendidas como relações de poder entre dois grupos sociais (de homens e de mulheres) que têm uma base material: a forma de divisão de trabalho entre os sexos. Isto significa que o trabalho e suas divisões é sempre um foco de tensão entre esses dois grupos sociais.

Ao estudarmos a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores tendo como referência as relações de gênero, podemos perceber, a partir da revisão de vários estudos, que as questões de saúde têm relação com exigências de dois âmbitos: o do trabalho doméstico e o do trabalho profissional. No caso das mulheres, as exigências específicas de cada processo de trabalho somam-se as demandas de qualidades supostamente femininas, como abnegação, paciência, responsabilidade, permanente disponibilidade. Assim, as exigências desses dois âmbitos produzem esforço contínuo e impossibilitam a reposição adequada da capacidade de trabalho, além de impor constante ansiedade diante do risco do cumprimento insatisfatório de todas as exigências, provocando maior repercussão de fadiga e de estresse (NEVES, 1999).

Ao pensarmos no trabalho feminino considerado desqualificado, podemos nos indagar, por um lado, acerca dos efeitos da realização cotidiana de um trabalho desvalorizado na saúde dessas pessoas; por outro, acerca da forma como esse mesmo trabalho pode estruturar uma transformação da realidade de suas vidas, não mais limitadas ao âmbito doméstico. O trabalho remunerado pode, por exemplo, representar um espaço alternativo ao confinamento doméstico, possibilitando-lhes desenvolver suas capacidades criativas e de socialização. Portanto, o trabalho das mulheres deve ser focalizado em seu caráter particularmente contraditório, tanto no sentido de estar relacionado à vivência de exploração, dominação e sofrimento, quanto em relação à percepção da possibilidade de conquistas e prazer, ou seja, tanto de espaços de reprodução das relações de gênero e quanto de um canal para transformar essas relações (BRITO, 1996). É especialmente através do trabalho profissional que as mulheres se fortalecem na luta contra a dominação, o que deve ser entendido também como um fortalecimento da capacidade de luta pela saúde.

4. O PROGRAMA DE FORMAÇÃO

O Programa de Formação foi estruturado, como vimos anteriormente, com o intuito de constituir-se em mais um passo em direção à promoção de saúde, baseando-se na formação de trabalhadores/as em saúde, gênero e trabalho. A perspectiva é a de que, nesse processo de formação, os/as trabalhadores/as, acompanhados/as por profissionais de pesquisa, criem possibilidades de compreender o que está em curso e gerar e implementar mudanças nas condições e na organização do trabalho nas escolas públicas, sendo agentes multiplicadores em seu meio.

A abordagem metodológica de educação de adultos utilizada no Programa está sob influência do Método de *alternância*, por envolver, de forma alternada, alguns passos: exposições sobre os temas/estudo de textos/discussões em grupo/preparo para estudo de campo, seguido do retorno às escolas para tal estudo e elaboração de relatórios; participação em encontro com a *Comunidade Ampliada de Pesquisa* para apresentação/discussão das informações levantadas/retorno às escolas para validações, novos estudos e mobilizações para mudanças.

O Programa foi organizado em dois ciclos:

➤ 1º ciclo: formação dos trabalhadores/as das escolas, denominados “multiplicadores/as”;

➤ 2º ciclo: formação de “multiplicadores/as de base”, quando os/as trabalhadores/as que passaram pelo primeiro ciclo de formação assumem, junto com a equipe de formação dos centros de pesquisa, a formação de novos/as trabalhadores/as; o papel da equipe nesse momento passa a ser muito mais de acompanhamento do processo, assessorando tecnicamente o momento formativo e aprendendo/avaliando/reformulando o conhecimento produzido. Cada novo grupo de multiplicadores de base se prepara para formar outros colegas.

Cada ciclo envolve três fases:

➤ 1ª fase: curso de formação¹¹ de multiplicadores/as em saúde, gênero e trabalho nas escolas;

➤ ¹²2ª fase: retorno dos/as multiplicadores/as às escolas para a realização de exercícios de “estudo de campo”;

➤ 3ª fase: após cada exercício, encontro mensal com a *Comunidade Ampliada de Pesquisa* para discussão dos dados referentes ao “estudo de campo”.

Assim, conforme nos lembra Silva (2003), o dispositivo metodológico encetado no Programa de Formação tem no seu interior uma técnica de encaminhamento do processo ensino/aprendizagem – o curso; técnicas de investigação-ação calcadas nos exercícios de estudo de campo; e técnicas de discussão e análise dos exercícios e seus materiais, baseadas no diálogo/confronto entre experiência e conceito – os encontros de discussão.

Conforme entendimento da equipe de formação, o curso não seria desenvolvido como algo estanque, limitando-se a um momento de transmissão de conhecimento; mas sim, considerado o princípio de um processo contínuo de formação, que possibilitaria a apreensão de diferentes modos de conhecimento e pensamento. Em suma, um processo contínuo de diálogo/confrontação entre o pólo das disciplinas científicas e o da experiência, possibilitando a emersão de novos conhecimentos e desenvolvimentos mútuos (BRITO et al., 2000). Ao pensar no formato do curso, a equipe buscou colocar em prática uma metodologia que viabilizasse o desenvolvimento das capacidades de escutar e olhar (detecção e interpretação) das pessoas, produzindo novas formas de perceber/compreender/sentir a realidade do trabalho no ambiente escolar.

De acordo com a perspectiva teórico-metodológica assumida pelo Programa de Formação, a equipe de pesquisadores selecionou *temas geradores* da discussão e do processo de formação, que foram reunidos num *Caderno de Textos* preparado a partir do que foi pesquisado nos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba e Espírito Santo.

Durante as três fases de cada ciclo, a equipe de formação espera que sejam reforçadas as alianças com os/as trabalhadores/as de escolas, possibilitando o processo de socialização do conhecimento entre estes e os pesquisadores, abrindo novas linhas de investigação e intervenção nos ambientes de trabalho, assim como preconizado no MOI (ODDONE et al., 1986). A aliança entre esses pólos não envolve a socialização apenas do conhecimento científico, mas também da experiência do trabalho (a forma como é vivida pelos trabalhadores/as e as suas implicações no processo saúde/doença), contribuindo para o processo de produção de um novo conhecimento, permitindo que novas formas de diálogo sobre as questões ligadas à saúde no trabalho sejam construídas (Schwartz, 2000).

¹¹ Os preparativos envolvem desde a escolha de lugar, a elaboração de materiais educativos, a escolha de profissionais para comporem o quadro de expositores, até o recrutamento e seleção dos/as participantes.

¹²

5. A EXPERIMENTAÇÃO REALIZADA EM JOÃO PESSOA

O Programa de Formação teve uma conformação peculiar no município de João Pessoa, que o diferencia da experiência do estado do Rio de Janeiro. Uma das diferenças está no fato de que no Estado do Rio, como vimos inicialmente, o Programa surgiu de uma demanda do Sindicato dos Profissionais de Educação – SEPE e em João Pessoa, esta foi se construindo a partir do momento em que se constituiu no GPST uma equipe de formação da UFPB que procurou o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Município de João Pessoa – SINTEM [agosto/2000] para apresentar a proposta de constituição do Programa e convidá-lo para desenvolvê-la junto aos/as trabalhadores/as das escolas públicas municipais.

A implementação do Programa em João Pessoa aconteceu após a aprovação da proposta do projeto de formação pelo Congresso dos Trabalhadores em Educação do município, realizado em maio de 2001. Firmada a parceria entre o SINTEM e o grupo de pesquisadores da UFPB, um novo momento se configurava: a organização e encaminhamento da fase inicial do primeiro ciclo do Programa – o curso de formação dos/as primeiros/as multiplicadores/as. Em reunião realizada no sindicato, que contou com a presença de quatro sindicalistas e integrantes da equipe de formação, foram discutidas as estratégias de apresentação da proposta do Programa de Formação nas escolas e seleção dos/as trabalhadores/as que participariam da formação.

Na ocasião, ficou definido que o sindicato divulgaria o Programa durante uma assembléia da categoria e nas visitas às escolas, já que iniciavam uma campanha de mobilização para uma paralisação das atividades. Essas estratégias garantiram a inscrição de doze trabalhadoras no Programa. Além das trabalhadoras inscritas por intermédio do sindicato, a equipe de formação apresentou quatro nomes, em decorrência de trabalhos anteriores desenvolvidos junto a professoras, merendeiras e auxiliares de serviços gerais de algumas escolas.

Após a seleção das trabalhadoras, a equipe de formação e representantes do SINTEM realizaram visitas às escolas com o objetivo de sensibilizar as trabalhadoras para participarem do Programa. Na primeira visita, estas receberam as fichas de inscrição contendo perguntas sobre dados pessoais, além de questões referentes à situação das escolas, problemas de saúde decorrentes do trabalho, entre outras. As informações obtidas foram analisadas pela equipe de formação, com o intuito de se ter um diagnóstico preliminar da situação das escolas e traçar um perfil dos/as trabalhadores/as participantes.

A seguir apresentamos como cada ciclo foi efetivado.

5.1- O Curso de multiplicadores/as

O curso de formação, fase inicial do 1º ciclo, foi realizado de 23 a 26 de outubro de 2001. O grupo de participantes, num total de quinze trabalhadoras representando doze escolas, era composto de três diretoras, seis professoras, duas merendeiras, duas orientadoras educacionais, uma inspetora de alunos e uma psicóloga educacional. Destas, três eram dirigentes sindicais.

Nesse curso, que teve duração de quatro dias e carga horária de trinta e duas horas, foram discutidos temas relativos à realidade de trabalho na escola, o sentido desse trabalho, as implicações na saúde e no adoecimento das profissionais que nela trabalham, entre outras questões. As trabalhadoras receberam, no primeiro dia do curso, o Caderno de Textos que foi elaborado.

A dinâmica adotada no curso envolveu primeiro uma apresentação da proposta do Programa e, em seguida, a exposição das temáticas apresentadas no Caderno de Textos pelos membros da equipe de formação. Após as exposições, formavam-se sub-grupos para a leitura e discussão sobre a temática em questão. Vale observar que esses sub-grupos eram formados por trabalhadoras das escolas, sob a coordenação de um membro da equipe de formação, cuja função era focalizar e favorecer a discussão entre as trabalhadoras, fazendo intervenções apenas como mediador das discussões, evitando, portanto, posicionamentos ou explicações sobre o tema em pauta. No momento seguinte, as discussões realizadas nos subgrupos eram socializadas e ampliadas em plenária, propiciando a confrontação entre os saberes do pólo das disciplinas científicas e o da experiência.

O último dia foi dedicado à escolha dos focos de pesquisa que foram pesquisados por essas trabalhadoras nas escolas e apresentados nos quatro encontros da *Comunidade Ampliada de Pesquisa*. Os quatro focos escolhidos foram: *o espaço de trabalho; a sobrecarga e as pressões do trabalho; os sintomas de adoecimento, repercussões e enfrentamentos; e a dinâmica psicológica do trabalho*.

5.2- AS ALTERNÂNCIAS

A fase empírica do Programa de Formação está baseada no método de alternância, reconhecido no campo da educação de adultos. Através dessa alternância tem-se como meta o diagnóstico das situações de trabalho pelas trabalhadoras em educação (tendo como objeto um “foco” central) e a troca dessas experiências em encontros mensais para a apresentação dos dados, além das discussões das possíveis soluções encontradas. Os focos apresentam temas centrais no intuito de direcionar os estudos de campo a esses temas, no total quatro, cada um abordado a cada encontro.

Conforme mencionado anteriormente, a segunda fase de cada ciclo consistiu no exercício de estudo da relação saúde-trabalho, sob a perspectiva de gênero, nas escolas. Um exercício prático, realizado individualmente ou em dupla, nas próprias escolas das trabalhadoras. É importante ressaltar que, nessa segunda fase, as trabalhadoras tiveram um acompanhamento semanal dos alunos da graduação da UFPB vinculados à equipe de formação. Essa assessoria foi realizada mediante visitas dos alunos às escolas inseridas no Programa, com o objetivo de apoiar as trabalhadoras no estudo de campo, auxiliando na escolha dos procedimentos e instrumentos metodológicos, na organização das informações coletadas, bem como na preparação das apresentações dos focos pesquisados nos encontros da *Comunidade Ampliada de Pesquisa*.

Percebemos que durante a realização da segunda fase do primeiro ciclo, a *Comunidade Ampliada de Pesquisa* foi se expandindo, mesmo que de modo informal, a partir das alianças e parcerias que as trabalhadoras estabeleceram nos locais de trabalho, com vistas à realização dos exercícios de estudo de campo. Muitos/as destes/as trabalhadores/as que se engajaram precocemente¹³ na *Comunidade Ampliada de Pesquisa* participaram do segundo ciclo do Programa (formação de multiplicadores/as de base), dando continuidade ao processo de formação (na verdade já iniciado) de forma mais sistemática e formal.

Nessa segunda fase, quatro das quinze trabalhadoras, por motivos diferenciados, não puderam continuar participando das atividades, de modo que somente doze permaneceram no Programa.

5.3- ENCONTROS DA “COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA”

¹³ Não tendo ainda realizado o curso de formação.

Os encontros mensais da *Comunidade Ampliada de Pesquisa*, realizados em dezembro/2001 e de março a maio/2002, foram pensados como momentos para a apresentação e discussão dos materiais dos estudos de campo efetuados pelas trabalhadoras nas escolas. Todos foram gravados.

No início de cada um desses encontros, um dos membros da equipe de formação fazia uma reapresentação da proposta do Programa de Formação, com o objetivo de reafirmar os compromissos e fazer com que todas as trabalhadoras mantivessem viva a referida proposta. Em seguida, dava-se início às apresentações dos materiais dos estudos de campo sobre o foco escolhido no encontro anterior. Nessas apresentações, as trabalhadoras utilizavam diversos instrumentos com o propósito de dinamizar as exposições: cartazes, fotografias da escola, transparências, entre outros. Ao final, os profissionais da equipe de formação faziam uma síntese de todas as apresentações buscando articular os materiais da experiência dos/as trabalhadores/as com o pólo das disciplinas científicas. Um segundo momento desses encontros era reservado para a escolha e planejamento (em subgrupos) do exercício de estudo de campo do foco seguinte.

Vale assinalar que os dados apresentados nos encontros passavam por um processo de sistematização pela equipe de formação, e eram apresentados sistematicamente no encontro seguinte para serem validados, confirmados, rejeitados, ampliados, aprofundados pelas trabalhadoras. Para isso, entre um encontro e outro, a equipe analisava regularmente o conteúdo dos debates, através dos registros efetuados em fitas transcritas e em relatórios. No encontro seguinte com a *Comunidade Ampliada de Pesquisa*, tal análise era apresentada para o debate. Portanto, o procedimento de validação ocorria em etapas, tanto em cada encontro destinado a discutir o foco estudado, quanto no próximo encontro.

Não pretendíamos chegar a uma visão única, mas procurávamos, gradativamente, ir validando uma análise, chegando a um consenso, mesmo provisório. Era com ele que se podia passar posteriormente a realizar pequenas experimentações de mudança nas escolas. Quem sabe então os/as trabalhadores/as estariam mais fortes e esclarecidos/as para encaminhar reivindicações de mudança junto às autoridades, seja de cada escola, seja para o conjunto do movimento, da rede de escolas?

No último encontro do primeiro ciclo foi realizada uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do processo de formação. Nessa ocasião, as trabalhadoras ressaltaram a importância de participarem de um Programa que visa melhorar as condições de trabalho na escola, a partir da incorporação dos/as trabalhadores/as como sujeitos ativos nesse processo de transformação. Em seus depoimentos também reafirmaram o compromisso de continuarem no Programa, a partir de uma participação efetiva no segundo ciclo, momento em que atuariam como multiplicadoras no processo de formação dos/as trabalhadores/as de base.

5.4- EXPANSÃO DA *COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA*

- OS NOVOS CICLOS DE FORMAÇÃO

Os meses de julho, agosto e início de setembro de 2002 foram reservados para a preparação da primeira etapa da multiplicação: o curso de formação dos/as multiplicadores/as de base. Nesse momento, as doze trabalhadoras-multiplicadoras se dividiram em dois grupos de seis, tendo como critério para esta divisão a localização geográfica das escolas nas quais trabalhavam.

Para a preparação e organização dos novos Cursos de Formação foi realizada uma reunião com cada grupo de trabalhadoras-multiplicadoras, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEM. Nessa reunião, no primeiro momento, foram discutidos os

critérios para a participação de novos/as trabalhadores/as no Programa de Formação. Foi ressaltada a importância de que tivessem funções diferenciadas nas escolas, de modo a garantir a participação de diferentes categorias profissionais na *Comunidade Ampliada de Pesquisa*.

Nessas reuniões também foram selecionadas as escolas que iriam ser convidadas a participar do Programa. A seleção foi feita levando-se em conta a sua localização geográfica: escolas da região norte e da região sul da cidade. As trabalhadoras-multiplicadoras se dividiram em duplas para realizarem visitas às escolas selecionadas, com o objetivo de apresentarem o Programa e formularem o convite para a participação no Curso de Formação.

5.5- O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS/AS MULTIPLICADORES/AS DE BASE

Com a mesma dinâmica do curso de formação realizado no primeiro ciclo do Programa (formação das multiplicadoras), a programação se dividiu em apresentações de temas referentes à saúde, trabalho e gênero e a divisão em subgrupos para a leitura do Caderno de Textos e discussão referente aos temas apresentados, sendo em seguida sempre realizada uma plenária para discussão em grupo sobre o que foi debatido nos subgrupos. As trabalhadoras-multiplicadoras participavam dos subgrupos como facilitadoras da discussão juntamente com integrantes da equipe de formação. A mesma dinâmica aconteceu também com relação à exposição dos temas, ou seja, cada tema tinha como expositor/a uma pessoa da Universidade – professor/a ou aluno/a-estagiário/a – e uma multiplicadora. A equipe de formação procurava explorar o tema sob o ponto de vista teórico, enquanto que as multiplicadoras faziam a ligação entre os conceitos e a realidade prática dos/as trabalhadores/as nas escolas. Todas as trabalhadoras-multiplicadoras foram expositoras do tema de sua preferência, previamente escolhido.

Para a realização dos Cursos de Formação de multiplicadores/as de base, primeira fase do segundo ciclo do Programa, foram constituídos mais dois grupos: grupo dos/as trabalhadores/as das escolas localizadas no lado norte da cidade (grupo norte) e o grupo de trabalhadores/as de escolas localizadas no lado sul (grupo sul).

Os dois grupos foram compostos por vinte e nove trabalhadores/as, representando um total de dezenove escolas. Desses, apenas três eram do sexo masculino; sendo o conjunto dos dois grupos formados por oito professores/as (três eram readaptadas), seis merendeiras, seis agentes administrativos/as, um vigilante, um guarda municipal, duas psicólogas escolares, uma supervisora educacional, três diretoras adjuntas e uma diretora.

Como já foi dito anteriormente, o coletivo das doze multiplicadoras também foi subdividido: seis ficaram participando da formação do grupo sul e seis participando e acompanhando a formação dos/as trabalhadores/as que integram o grupo norte.

Após a primeira fase (curso de formação), os/as trabalhadores/as iniciaram a fase dos exercícios de estudo de campo em suas respectivas escolas. É importante observar que os encontros da *Comunidade Ampliada de Pesquisa* para apresentação e discussão dos dois primeiros focos de estudo (*Espaço de Trabalho e Sobrecarga e Pressão no Trabalho*) foram realizados em datas diferenciadas para os grupos norte e sul. Todavia essa sistemática foi alterada na realização das alternâncias referentes aos dois últimos focos (*Sinais e Sintomas de Adoecimento e Formas de Enfrentamento e Dinâmica Psicológica do Trabalho*) quando ocorreu a integração dos grupos. Na visão das trabalhadoras-multiplicadoras, essa junção dos grupos norte e sul foi bastante positiva, na medida em que possibilitou o reencontro das trabalhadoras que participaram do primeiro ciclo. Elas ressaltaram também que tiveram a oportunidade de conhecer outros/as trabalhadores/as,

estabelecendo novos laços, aprimorando a capacidade de escuta da experiência do outro, ampliando o leque de informações e conhecimentos sobre o cotidiano de trabalho no âmbito escolar.

6. RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Acreditamos que os resultados positivos alcançados por esse Programa de Formação devem-se especialmente à abordagem metodológica utilizada, que permitiu mobilizar os saberes acumulados pelos/as trabalhadores/as envolvidos/as, ajudando-os/as a reconhecer a importância de suas experiências para a transformação das situações de trabalho. Dessa forma foram privilegiadas as descobertas que conduzem à promoção da saúde nos locais de trabalho. Por outro lado, os estudos no local de trabalho e retornos para discussão nos encontros da *Comunidade Ampliada de Pesquisa*, possibilitaram o envolvimento efetivo dos/as participantes, o aprofundamento das análises e a sedimentação dessa proposta.

O impacto positivo dessa formação pode ser apreendido também pelo interesse demonstrado pelas/os participantes e suas descobertas valiosas acerca das relações que se estabelecem entre os processos de trabalho que se desenvolvem na escola, a saúde e as relações de gênero.

Como sinalizamos anteriormente, durante a realização da formação dos/as trabalhadores/as-multiplicadores/as algumas mudanças de naturezas diversas, englobando modificações concretas no ambiente de trabalho, mudanças nas formas de luta pela saúde e mesmo transformações no modo de olhar o trabalho e a vida, já aconteceram nas escolas no município de João Pessoa. Por exemplo, como a Prefeitura estava realizando reformas no espaço físico destas, os/as trabalhadores/as apresentaram o diagnóstico e propostas de mudanças que construíram durante os encontros com a *Comunidade Ampliada de Pesquisa* para os engenheiros responsáveis e conseguiram fazer modificações importantes no espaço para melhoria das condições de trabalho.

Além desta, outras ações locais de intervenção nos ambientes de trabalho foram realizadas, na perspectiva de transformação das condições e organização do trabalho, como por exemplo: a divisão de horários do recreio por faixa etária dos alunos, a colocação de quadros brancos nas salas de aulas de algumas escolas, a construção de um portão lateral para a entrada e saída dos alunos (já que a entrada principal fica numa rua muito movimentada, o que corresponde a um risco para os alunos), a substituição dos filtros pela central de água, a retirada do armário da pré-escola para aumentar mais o espaço, a modificação da parede de uma secretaria (que antes era vazada, molhando todo o espaço interno quando chovia), a colocação de rodinhas do fogão de uma escola para evitar que as merendeiras levantem panelas pesadas, a diminuição das “pernas” do fogão de outra escola para que tornar sua altura mais adequada e menos prejudicial à saúde das merendeiras.

Outro resultado importante do Programa de Formação foi que na trama do dispositivo *Comunidade Ampliada de Pesquisa* se teceu um tipo de sociabilidade que reuniu horizontalmente, sem excluir as diferenças inerentes a cada segmento, os/as diversos/as profissionais. Ao longo do tempo foram aprendendo uns/mas com os/as outros/as a compartilharem seus mundos, suas diferenças, seus sofrimentos, suas defesas, enfim a vida. Professores/as, merendeiras, auxiliares de serviço, técnicos/as, diretores/as etc., todos/as compartilhando o mesmo espaço, tendo acesso às mesmas informações, realizando os exercícios de estudo de campo juntos/as, enfim dialogando/confrontando suas experiências. Este compartilhamento evidenciou a diversidade de opiniões, de olhares, de concepções acerca dos problemas do mundo do trabalho escolar, as questões de saúde e gênero, possibilitando sua objetivação e desnaturalização. Mesmo as diferenças

continuando a existir, entendemos que a *Comunidade Ampliada de Pesquisa* abriu um espaço de experimentação para a igualdade na diferença, na prática, na busca da compreensão e da transformação da realidade do trabalho.

Em março de 2003, no II Congresso de Trabalhadores da Educação do Município de João Pessoa-PB, também foi decidida pela categoria, como proposta das sindicalistas que participam do Programa, uma mudança na estrutura do sindicato com a criação de um Coletivo de Gênero, Saúde e Etnia. Assim, percebemos como concretamente nestes anos de existência do Programa, houve uma evolução considerável na forma do sindicato encaminhar as questões de saúde e gênero junto à categoria. O SINTEM, inclusive, garantiu a reprodução dos materiais didáticos usados nos cursos de formação dos/as multiplicadores/as e forneceu os locais para a realização desses cursos e a alimentação para todos os/as participantes.

Nos vários momentos de avaliação da experiência, os/as trabalhadores/as colocaram a importância do Programa nas suas vidas e no seu trabalho, enfatizando a riqueza de informações e do conhecimento que adquiriram. Eles/as colocaram ainda que através deste puderam refletir e discutir melhor sobre o ambiente de trabalho, a importância política e a capacidade de mudança a partir de uma visão mais crítica da realidade que estão inseridos/as.

Por fim, o vídeo “Trabalhar na Escola? Só inventando o prazer...”, produto recém concluído do Programa e lançado em evento promovido pelo SINTEM, já foi visto e discutido em algumas escolas de João Pessoa, gerando um debate com todas as categorias presentes.

PARA CONCLUIR...

Com essa experiência vemos claramente que a intervenção nos processos de trabalho, considerando as relações de gênero e visando a transformação das situações nocivas à saúde, exige persistência e tempo. Se várias mudanças foram registradas, pensamos que muitas ainda poderão acontecer, a partir da consolidação desta proposta de formação e do amadurecimento de idéias que foram esboçadas ao longo desse processo.

Os grupos de multiplicadores/as formados/as até o presente momento, têm implementado uma prática de aprendizagem-discussão-ação, operando e desenvolvendo a metodologia de monitoramento das condições de trabalho proposta por nossa equipe. Os/as participantes de cada grupo investigaram em seus locais de trabalho as relações entre trabalho e saúde, sob uma ótica de gênero, experimentando as proposições de mudanças, incorporando aquelas que se mostraram consistentes nas negociações em cada local e nas pautas de negociação coletiva do sindicato.

Nossa expectativa é que fosse deflagrado um movimento de pesquisa-ação, agenciado por uma *Comunidade Ampliada de Pesquisa*, que pudesse promover uma mudança qualitativa importante na luta dos/as trabalhadores/as de escola do município de João Pessoa, estendendo-se por outros estados e grupos profissionais, na medida em que se mostre fecundo como instrumento de transformação do que se mostre nocivo para a vida.

O papel de nossa equipe foi o de acompanhamento deste processo, não só assessorando tecnicamente este momento formativo, como aprendendo, avaliando e reformulando o conhecimento produzido. Para nós que fazemos parte da Universidade (pesquisadores e alunos) e que temos a responsabilidade de colocar ao alcance dos/as trabalhadores/as as contribuições teóricas das disciplinas científicas, é também de grande enriquecimento e aprendizado a participação neste Programa, principalmente quando nos surpreendemos ao nos darmos conta de que, muitas vezes, apenas os saberes das

disciplinas não são suficientes para compreender e explicar a complexidade do trabalho destes/as trabalhadores/as.

Por fim, concluímos que a extensão universitária possibilita a consolidação do ensino e da pesquisa, por viabilizar de forma direta a relação entre a Academia e a Comunidade e, ainda, a democratização do saber.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Jussara; BARROS, Maria Elizabete; NEVES, Mary Yale & ATHAYDE, Milton. (orgs). *Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001.
- BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton & NEVES, Mary Yale. (orgs). *Cadernos de método e procedimentos. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.
- BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton & NEVES, Mary Yale. (orgs). *Cadernos de textos. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.
- BRITO, Jussara. et al. (orgs). *Cadernos de relatos de experiências. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.
- BRITO, Jussara. *Trabalho e saúde nas indústrias de processos químicos e a experiência das trabalhadoras*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1996.
- _____ et al. *Projeto de pesquisa: As relações de gênero, precarização do trabalho e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- COSTA, Joana D’arc. *“O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas Públicas” e a produção de subjetividades*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2004.
- CRU, Damien. *Les règles du métier*. Tome I. (Org) Dejours, C. In *Plaisir et Souffrance Dans le Travail*. Paris, AOCIP/CNRS, 1983.
- DANIELLOU, François; LAVILLE, Antoine; TEIGE, Catherine. *Ficção e realidade no trabalho operário*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.
- DEJOURS, Christophe. *O que é psicopatologia do trabalho*. In. *Divisão Capitalista do Trabalho*. Hirata, H. (org). São Paulo: Tempo Social, 1989.
- _____ *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oborê, 1990.
- _____ *Por um trabalho, por um fator de equilíbrio*. In *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo. 33. 98-104, 1993.
- _____ & Abdoucheli. *Psicodinâmica do trabalho. Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUÉRIN, François; LAVILLE, Antoine; DANIELLOU, François; DURAFFOURG, Jacques; & KERGOUELEN, A. *Compreender o trabalho para transformá-lo – a prática da ergonomia*. Editora Edgard Blucher, São Paulo – SP, 2001.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- KERGOAT, Danièle. *Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe*. In: *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presse Universitaire de France, 2000.

- MARIANO, Maria do Socorro. *O Trabalho e a saúde de professores/as da segunda fase do ensino fundamental do município de João Pessoa-Pb*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2003.
- MUNIZ, Hélder Pordeus. *A gestão do tempo de permanência do paciente de neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.
- NEVES, Mary Yale. *Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora*. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1999.
- NUNES, Bernadete. *O Sentido do trabalho para merendeiras e serventes de escolas públicas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2000.
- ODONNE, Ivar. et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- VINCENTI, Antoine. *Ivar Oddone, intelectual orgânico e pesquisador heterodoxo*. Les Territoires du Travail: les continents de l'expérience, Mai, N° 3, Cateis, 1999. pp. 33-42, Trad. Jussara Brito.
- RIBEIRO, Wilma Raquel Barbosa. *A situação de trabalho e a saúde mental das merendeiras e serventes de escolas públicas municipais de João Pessoa-Pb*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2004.
- SILVA, Edil Ferreira da. *Trabalhadores/as de escolas e a construção de uma "Comunidade Ampliada de Pesquisa": A busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2003.
- SILVA, Diomedes Paulo da. *O trabalho "oculto" na escola: Estratégias de regulação da atividade de merendeiras e auxiliares de serviços de Escolas Públicas do Município de João Pessoa - Pb*. Dissertação em desenvolvimento. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2004.
- SCHWARTZ, Yves. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.
- VASCONCELOS, Tatiana Saldanha de. *O sentido do trabalho para professoras da primeira fase do ensino fundamental do município de João Pessoa-Pb*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2003.
- VASCONCELOS, Ana Claudia Leal. *"A situação de trabalho e saúde de professoras da primeira fase do ensino fundamental de escolas públicas do município de João Pessoa"*. Dissertação em desenvolvimento. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2004.
- WISNER, Alain. *Por dentro do trabalho. Ergonomia: Método & Técnica*. São Paulo: FTD/OBORÊ, 1989.

Edil Ferreira da Silva

Endereço: Rua Dr. Efigênio Barbosa, 450 – Apto 203 – Bloco A. Jardim Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba. CEP 58.052 – 310.

Telefone: 235.4298 – 8806.3812